O LONGO AMANHECER – ENSAIOS SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1999.

João Henrique dos Santos

A obra de Celso Furtado é representativa da tradição ensaística de explicação da realidade brasileira e com certeza o seu nome figura ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Antonio Candido entre outros. Autores que procuraram pensar a gênese e o desenvolvimento da sociabilidade brasileira sob uma perspectiva sempre histórica e inovadora.

De modo que não se deve furtar ao julgamento que ele mesmo faz de seu próprio percurso intelectual – muito ao gosto de Antonio Candido-, já que o autor pode dar balanço de sua vida sem cair em autocomplacência, aliás a frase resume melhor a sua trajetória intelectual: “Pensar o Brasil foi o desafio que sempre guiou minha reflexão” (p.69). *O longo amanhecer* constitui-se num conjunto de ensaios que pretendem responder qual a margem de autonomia que resta a nós brasileiros na condução do país. A pergunta parte da constatação de que a contínua redução da autonomia nacional torna cada vez mais difícil a superação do subdesenvolvimento. Tema este pensado ao longo de suas obras desde 1948 por ocasião de seu doutoramento na Universidade de Paris – Sorbonne, momento em que passa a estudar o problema do planejamento nas sociedades capitalistas como forma de superação do subdesenvolvimento, questão que o acompanhará ao longo de sua vida, principalmente no período em que esteve na CEPAL e na SUDENE. A importância do planejamento é justificada porque o autor acredita que o mercado não irá substituir o Estado, sobretudo nas questões sociais, aliás a lógica do mercado constitui-se na maximização das vantagens e “perceber que o mais importante é o social foi a descoberta mais relevante de minha vida.” (p.93) Percepção que Furtado não deixa de mencionar como ine-

João Henrique dos Santos é Pós-Graduando em História na UNESP/ASSIS.

xistente por parte do atual governo que tem relegado as soluções dos problemas sociais para o mão do mercado, leia-se interesses transnacionais nas palavras do próprio autor.

Nos ensaios "A busca de um novo horizonte utópico" e "Os caminhos da reconstrução" Furtado afirma que a superação do subdesenvolvimento brasileiro passa pelo dinamismo do mercado interno. Opção que segundo demonstra não é a dos nossos atuais governantes que adotaram uma política econômica voltada para as empresas transnacionais.

A política econômica implantada pelo governo FHC baseou-se nas aplicações em fundos de capitalização de curto prazo, aproveitando-se do aumento da liquidez internacional, provocando maior oferta de bens de consumo internamente. Todavia, a balança comercial de positiva passou para negativa. Privilegiou-se a contenção da inflação pela alta dos juros o que acabou gerando a redução de investimentos nos setores produtivos.

Optou-se pelo endividamento externo como estratégia de combate à inflação, mas o receituário passado pelo FMI previa uma política fiscal compensatória que até hoje não vimos realizada. Vimos sim, que a nova política de estabilização da inflação acabou produzindo dividendos políticos como a reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

Furtado aponta que a política de endividamento externo revelou-se catastrófica, o que provocou a ajuda financeira dos países ricos para que o Brasil não praticasse uma possível moratória da dívida externa, não porque politicamente esta fosse uma decisão a ser tomada, mas simplesmente porque não haveriam fundos para pagá-la. Os recursos postos à disposição acabaram engendrando mais ainda o processo de endividamento externo, mas adotou-se a crescente dolarização da economia, o que para o autor significa cada vez mais "compartilhar com o sistema financeiro internacional o governo do país." (p.30)

O que fazer diante deste quadro? Furtado aponta algumas saídas deixando claro que a solução dos problemas são de natureza política. Em primeiro lugar deve-se reverter o processo de concentração de propriedade privada e renda nacional que estão na base dos problemas sociais brasileiros, em segundo lugar promover a superação dos atrasos nos investimentos de desenvolvimento humano, isto é, em educação, saúde e bem-estar-social do conjunto da população brasileira e finalmente a inserção do país no processo de globalização deverá se dar no setor tecnológico voltado para o desenvolvimento interno. São mudanças estruturais que somente poderão ser concretizadas pelo Estado nacional.

Para o autor esses objetivos podem ser contrários à lógica do mercado, como por exemplo a afirmação de que um país deve se desenvol-

ver por meio de dinamismos internos, mas o que importa é que os objetivos sejam coerentes politicamente. Incocrente, na sua visão é que “a vitória esmagadora das idéias do FMI levou à situação que presenciamos sem corar, que é o planejamento de uma recessão de elevado custo social para curar-se de uma inflação, agravando a concentração de renda.” (p.41) No período de 1995-1998 o país sofreu um sobreendividamento de algo próximo a 100 bilhões de dólares sem que tenha ocorrido um mínimo de crescimento econômico, e justamente neste mesmo período com a privatização das estatais (Furtado prefere falar em internacionalização) os grupos estrangeiros passaram a assumir o controle de parte do capital fixo reprodutivo do país.

No ensaio “Nova concepção do federalismo”, a formação da nacionalidade brasileira, segundo o autor deu-se em consonância com um movimento pendular de centralismo e federalismo. O Brasil é um país internamente de fronteiras móveis, portanto a noção de região baseia-se em um espaço dinâmico específico o que faz com que identidade nacional seja marcada pelas raízes regionais. As desigualdades demográficas, territoriais e econômicas podem ser superadas com a criação de um espaço de poder regional que preserve os estados atuais, mas que organize as atividades produtivas regionalmente, porque federalismo “é o conceito mais amplo que tem sido utilizado para expressar a idéia de que a organização política deve basear-se na solidariedade e na cooperação, e não na compulsão.” (p.46)

Em “Formação cultural do Brasil”, Furtado busca a gênese do desenvolvimento cultural brasileiro. Desenvolvimento que segundo afirma esteve associado a duas instituições principais nos três primeiros séculos: a Coroa e a Igreja e como essas instituições irão interferir no sentido positivo e negativo do processo de criação cultural.

“Mensagem aos jovens economistas” é o ensaio em que Celso Furtado faz menção a sua trajetória intelectual e a sua posição à frente de entidades e órgãos administrativos. Afirma que a História foi o seu primeiro campo de estudo, pensou até em tornar-se historiador e a “Formação Econômica do Brasil revela essa vocação inicial.” (p.71)

Encerram o livro dois pequenos ensaios sobre o contexto em que se deu a construção da obra de Machado de Assis e a política econômica elaborada por Rui Barbosa no início da República.

O longo amanhecer revela o conjunto de problemas que fazem parte da reflexão de Celso Furtado e sobretudo, uma crítica às atuais condições sociais do país porque em “nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser.” (p.26)